

## Senadores debatem pedido de intervenção federal no DF

Para Adelmir Santana, intervenção é retrocesso democrático. Jefferson Praia considera medida dura, mas "necessária". **5**



*Especial Cidadania* fala da criação do cadastro nacional e ensina pais a orientarem filhos para evitar essas situações. **8**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.177 – Brasília, terça-feira, 23 de fevereiro de 2010

## Com pauta trancada, Senado deve retomar votações hoje

Três medidas provisórias e um projeto de lei do Executivo têm prioridade sobre as outras matérias da ordem do dia. Início da sessão plenária de hoje será dedicado a homenagear a memória dos brasileiros mortos no Haiti

O Plenário do Senado pode realizar hoje as primeiras votações do ano, e o primeiro passo é desobstruir a pauta, trancada pela presença de três medidas provisórias e de um projeto enviado ao Congresso pelo presidente da Re-

pública. Uma das MPs libera R\$ 2,1 bilhões para que o Ministério da Saúde organize a prevenção e o combate à gripe A. Brasileiros que morreram no terremoto do Haiti serão lembrados em uma homenagem especial, antes do início das votações. **2**

### Grupo do CPC discute à tarde redação preliminar

Para conferir mais agilidade ao processo civil, comissão de juristas examina, entre outras medidas, a redução da possibilidade de recursos. **4**

### Comissão analisa importância de binacional

A importância para a economia do país da empresa binacional que atua no Centro de Lançamento de Alcântara é tema de debate na CCT. **4**

### CRA discute regras para trabalho no campo **6**



Gilberto Goellner propõe também normas para regular conflitos rurais



Gleilson Miranda / Agência de Notícias do Acre

Segundo levantamento do governo federal, a tarifa de energia elétrica mais barata já beneficia 19,4 milhões de famílias, como nesta casa no interior do Acre

### Corrupção pode ser punida com até 25 anos de reclusão

Projeto que deve ser votado amanhã, em caráter terminativo pela CCJ, também qualifica essa prática como crime hediondo. Proposta foi apresentada em 2006 pela então senadora Heloísa Helena. **4**

### Nova lei amplia o alcance da tarifa social de energia elétrica

Em vigor desde 20 de janeiro, as novas regras para a tarifa social de energia elétrica incluem mais 3,1 milhões de famílias e foram aperfeiçoadas com a contribuição direta do Congresso Nacional. **7**



Três medidas provisórias estão trancando a pauta, entre elas a que transfere recursos para que o Ministério da Saúde organize campanhas de prevenção e combate à gripe A (H1N1)

## Só votação de MPs e de projeto do Executivo libera pauta do Plenário

COM A PAUTA TRANCADA por três medidas provisórias e por um projeto de lei, o Plenário do Senado deve retomar hoje as votações. Uma das propostas que obstrui a ordem do dia é a Medida Provisória (MP) 469/09, que abre crédito extraordinário aos ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de R\$ 2,168 bilhões, para a prevenção e o combate à gripe A (H1N1). A medida provisória obstrui a pauta desde 20 de novembro, pois tem prioridade para votação.

Dos recursos da MP, R\$ 2,163 bilhões foram para o Ministério da Saúde e os demais R\$ 5 milhões para órgãos vinculados ao Ministério dos Transportes. Na exposição de motivos da MP, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, argumenta que a alocação de recursos foi necessária diante da situação de emergência da saúde pública e do aumento dos contágios e das mortes devido à gripe A.

Também tranca a pauta do Plenário a MP 470/09, transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/09, que autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica



Governo destina R\$ 2,1 bilhões para enfrentar a gripe A, que assustou o mundo em 2009

Federal e de R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste do Brasil. A outra medida provisória que obstrui as votações é a MP 471/09, que concede incentivo fiscal às montadoras de veículos instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na quarta-feira, também passou a bloquear a pauta o PLC 280/09, enviado ao Congresso pelo Poder Executivo, que exige formação de nível superior para professores da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

## Senado homenageia hoje os brasileiros mortos no Haiti

Os senadores reverenciam hoje, antes da sessão plenária, a memória dos civis e militares brasileiros mortos no terremoto ocorrido no Haiti em 12 de janeiro deste ano. Entre os homenageados estão Zilda Arns, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, e Luiz Carlos da Costa, representante da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti.

A realização da sessão foi solicitada

por Flávio Arns (PSDB-PR), sobrinho de Zilda Arns, e endossada por outros parlamentares.

Zilda Arns estava no Haiti para levar a exitosa experiência da Pastoral da Criança às famílias daquele país. Já Luiz Carlos da Costa ocupava, desde novembro de 2005, o cargo de vice-representante do secretário-geral da ONU no Haiti, após ser indicado pelo então secretário-geral da instituição, Kofi Annan. Costa era o segundo na

ordem hierárquica da ONU no Haiti e tinha experiência em questões humanitárias no mundo.

Foram 18 os militares brasileiros mortos no terremoto de janeiro. Eles integravam a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), instituída no dia 1º de junho de 2004 com o objetivo de restaurar a segurança pública naquele país, além de fortalecer as instituições governamentais locais.

## CAE analisa indicação de novo diretor de Assuntos Internacionais do BC

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje a indicação de Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo para assumir a Diretoria de Assuntos Internacionais (Direx) do Banco Central. Ontem o presidente da CAE, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), convidou os senadores que integram a comissão a participarem da sabatina do funcionário de carreira do BC.

Carlos Hamilton foi indicado pelo presidente da República para a vaga de Maria Celina Berardinelli Arraes, que reassumiu suas funções no Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (Pnud), de onde é originária.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) é o relator da mensagem.

De acordo com nota da assessoria de imprensa do Banco Central, o presidente Henrique Meirelles determinou que Carlos Hamilton apresente uma proposta de reformulação da Direx.

Natural de Sobral (CE), ele é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas e tem graduação em Engenharia Civil.

Funcionário do Banco Central desde



Presidente da CAE, Garibaldi Alves Filho quer que comissão decida hoje sobre o assunto

1992, o economista dirige o Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep) da instituição desde 2006.

## Virgílio elogia postura de Pavan diante de investigação da PF

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), elogiou ontem a postura do vice-governador de Santa Catarina, Leonel Pavan (PSDB), diante das denúncias que o associam a um esquema de corrupção no estado. Segundo o senador, Pavan chegou a solicitar licença do cargo para que pudesse ser julgado, mas o pedido acabou não sendo aceito pela Justiça.

Essa atitude revela o seu feito. Tivemos a sorte de conviver neste Plenário com esse digno homem público.

Virgílio também citou artigo de Pavan em que o vice-governador afirma estar sendo acusado de um crime que não cometeu, mas que ainda assim tem a intenção de ser julgado.

Aplaudo a orientação do vice-governador – afirmou o senador.

Pavan foi citado na Operação Transparência, realizada pela Polícia Federal, que investiga supostos crimes – incluindo o de sonegação – envolvendo funcionários do governo e a empresa Arrows Petróleo do Brasil.

## Mão Santa aplaude aniversário de 78 anos de empresário piauiense

O senador Mão Santa (PSC-PI) pediu que o Plenário aprove voto de aplauso pelo aniversário de 78 anos de Jesus Elias Tajra, celebrado ontem. O empresário Jesus Tajra – “bem-sucedido”, como destacou o senador – comanda, entre outras empresas, a TV Cidade Verde, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) no Piauí.

Mão Santa lembrou que Jesus Tajra é o primeiro suplente do senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço

[www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Pauta trancada

A sessão plenária tem início às 14h. Na hora do expediente, os senadores vão homenagear a memória dos 18 militares brasileiros que morreram no terremoto ocorrido no Haiti; da fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, Zilda Arns Neumann; e do representante da Organização das Nações Unidas (ONU) Luiz Carlos Costa.

A pauta está trancada por três medidas provisórias, além do projeto de lei que dispõe sobre a exigência de nível superior para professores da educação básica, que tramita em caráter constitucional.

### Sarney preside homenagem

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 14h, de homenagem à fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns Neumann; ao representante da ONU Luiz Carlos Costa; e aos militares brasileiros que morreram no terremoto do Haiti. Às 16h, Sarney preside a ordem do dia.

### Reforma administrativa em pauta

A Subcomissão da Reforma Administrativa realiza audiência, às 10h, com a participação da Fundação Getúlio Vargas. Na pauta, a proposta de reforma administrativa do Senado elaborada pela FGV.

### CMA trata de reciclagem

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa projeto que obriga a inclusão, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, de informações sobre como deve ser realizado o descarte.

### Cobrança de serviço público na CAE

Na primeira parte da reunião, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, às 10h, a indicação de Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo para exercer o cargo de diretor do Banco Central. Depois a comissão examina projeto que determina que a cobrança por serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário só deverá ser feita quando eles forem efetivamente prestados.

### Cultura e exame da OAB

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa, entre os 14 itens da pauta, projeto que consolida toda a legislação sobre cultura. Outra proposta em discussão trata de abolir o exame necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

### Normas para o trabalho rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza audiência pública, às 9h30, para instruir projeto de lei que estabelece normas reguladoras do trabalho rural. Entre os convidados para o debate, estão o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Guilherme Caputo Bastos e representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

Proposta que obriga revendedores de combustíveis a divulgar, em local visível, o detalhamento da composição dos preços de cada tipo de combustível vendido também está na pauta da CRA.



Parlamentar afirma que governo federal não tem plano de longo prazo para a saúde pública e submete a população mais pobre a atendimento ruim

# Papaléo critica cortes de recursos para saúde

O SENADOR PAPALÉO Paes (PSDB-AP) criticou a redução, no Orçamento de 2010, dos recursos destinados à área da saúde. Ele assinalou ontem que, no ano passado, foram designados ao setor R\$ 62,78 bilhões, contra R\$ 62,47 bilhões neste ano.

– O governo federal gasta milhões e milhões de reais em propaganda para dizer que é o grande defensor dos pobres. No entanto, oferece-lhes péssimos serviços de saúde e atendimento de baixa qualidade, o que contribui para aumentar as desigualdades no Brasil, pois sem saúde não há possibilidade de melhoria social ou de melhoria educacional – afirmou.

Papaléo culpou o governo federal pela falta de planejamento estratégico de longo prazo para a saúde pública, sujeitando a população pobre a um atendimento ruim, com falta de medicamentos e de material de uso rotineiro nos hospitais.

O governo, lamentou, apesar de ter conseguido aprovar propostas de seu interesse no Congresso, até agora não demonstrou preocupação em regulamentar a Emenda Constitucional 29/00, que garantiria mais recursos para a saúde.

Como exemplo da situação



caótica da saúde pública, Papaléo citou o caso recente da morte de um cidadão no Distrito Federal que, tendo sobrevivido à queda de um prédio de cinco andares, morreu por não ter sido submetido a exames complementares que pudessem ter diagnosticado ruptura de baço e pulmão.

– As vidas de milhões de brasileiros estão em perigo, principalmente aqueles das regiões mais pobres, por falta de atendimento médico adequado.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) citada pelo senador, do total de 8,4% do produto interno bruto (PIB) despendidos

com saúde pública em 2007, as famílias brasileiras gastaram 57,4% (R\$ 128,9 bilhões) enquanto o setor público foi responsável por 41,6% (R\$ 93,4 bilhões).

Mão Santa (PSC-PI) – que, como Papaléo, é médico – mencionou que o aparelhamento da máquina pública governamental seria um dos problemas a prejudicar a área de saúde. Os salários dos cargos de direção e assessoramento superior (DAS) no Executivo federal tiveram aumento, afirmou, enquanto doenças como dengue e malária, consideradas “doenças da pobreza”, continuam matando os brasileiros.

## Projeto dá pensão especial a portador de doença grave

Os portadores das formas crônicas das hepatites B e C e da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar (LAM) poderão ter os mesmos benefícios – como pensão especial, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez – dados aos portadores da Aids e de outras doenças graves ou incuráveis.

É o que prevê substitutivo a projeto (PLS 330/04) que pode ser analisado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os portadores das doenças também terão direito aos benefícios independentemente de período de carência para os segurados da Previdência Social.

O texto ainda modifica o Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais (Lei 8.112/90), para garantir a aposentadoria por invalidez permanente, com proventos integrais, aos portadores das hepatites B e C e da LAM.

O PLS 330/04, da ex-senadora Ana Júlia Carepa, trata da hepatite e tramita em



Relator, Casagrande reuniu dois projetos em seu substitutivo

conjunto com o PLS 67/05, do ex-senador Fernando Bezerra, que fala da linfangioleiomiomatose pulmonar. O relator, Renato Casagrande (PSB-ES), reuniu as duas propostas em um texto único.

O projeto ainda deve passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

## Marisa Serrano lembra Mandela e cobra projeto para engajar jovens no esporte



Senadora acha que prioridade devem ser as pessoas e não os estádios

Um projeto nacional que retire os jovens das drogas e da criminalidade, engajando-os nos esportes, foi defendido ontem por Marisa Serrano (PSDB-MS), que citou como exemplo a ser seguido pelos dirigentes brasileiros a postura do ex-presidente sul-africano Nelson Mandela na reconciliação de negros e brancos pelo esporte. A senadora lembrou que, quando Mandela assumiu o governo em 1994, depois de passar quase 30 anos na prisão, encontrou no rúgbi “a forma de unir seu povo”.

A história do estadista sul-africano é contada no filme *Invictus*, dirigido por Clint Eastwood. O esforço de Mandela, apoiado pelo capitão da seleção sul-africana, conseguiu levar um time outrora desacreditado à vitória na final contra a Nova Zelândia, “unindo todo o país, as crianças negras e as crianças brancas”.

Para a senadora, o exemplo de Mandela deve inspirar os dirigentes do Brasil, que sediará a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Ela questionou se o país está se preparando adequadamente para esses dois momentos significativos. A previsão brasileira de gastar R\$ 17 bilhões na Copa representa o dobro do que a África do Sul investe para sediar o Mundial deste ano.

– Mas como o Brasil vai aplicar esse dinheiro? Em grandes estádios, deixando um legado de monumentos? Um país grande é feito de gente poderosa, não de infraestrutura física – disse, ressaltando que o momento é de mudança de mentalidade, e mais importante para o Brasil é apoiar a juventude em busca do pódio.

## Mão Santa critica Lula por liberar recursos para obras sob suspeita

O senador Mão Santa (PSC-PI) lamentou ontem a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar o dispositivo do Orçamento de 2010 que impedia a destinação de recursos para obras nas quais o Tribunal de Contas da União (TCU) houvesse apontado irregularidades.

Ele lamentou que o presidente, possivelmente sob a orientação de assessores que o senador chamou de “aloprados”, tenha “iniciado uma campanha” contra o TCU, menosprezando as conclusões do tribunal sobre obras irregulares.

Mão Santa lembrou que votou em Lula nas eleições de 1994, ajudou na campanha e “acreditou” no PT, acrescentando que seria muito mais fácil estar no “cordão dos puxa-sacos”. Ele observou, no entanto, que prefere externar suas preocupações e até aconselhar o presidente.

O senador recordou conselho que recebeu do falecido senador e ministro da Justiça Petrônio Portella, o qual lhe disse que, antes de se candidatar ao governo do Piauí, tentasse a prefeitura de sua cidade natal, para aprender “na melhor das escolas políticas”. Mão Santa lamentou que o presidente não tenha tido essa experiência, mas observou que ele pode superar essa falta com “estudo e trabalho”.

O parlamentar disse que estudou muito antes de assumir o cargo de prefeito, citando especialmente um dos teóricos clássicos da Ciência da Administração, Jules Henri Fayol, que compara o administrador a um cirurgião.

– Ele dizia que o planejar é o pré-operatório. A operação em si, o transoperatório, a obra – afirmou o senador.



Presidente pode superar falhas com “estudo e trabalho”, diz Mão Santa

## Mesquita Júnior pede decisão do TSE sobre Feijó



Mesquita Júnior

A Justiça precisa apresentar logo uma decisão sobre a disputa que envolve o município de Feijó, no interior do Acre, pediu ontem o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Juarez Leitão, prefeito do PT, teve o mandato cassado em setembro, mas recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

– Há uma campanha sórdida em Feijó, na qual se diz que Juarez Leitão vai reassumir o cargo – afirmou o senador, atribuindo a iniciativa ao governo estadual, do PT.

Mesquita Júnior disse ainda que “a população está atorçada com essa boataria” e os funcionários “com medo de trabalhar para o atual prefeito [do PSDB] e receber retaliações” caso Juarez reassuma o cargo.

## Mozarildo: recursos em Roraima são mal geridos



Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apelou aos deputados estaduais e aos órgãos de fiscalização do governo de Roraima por uma ação efetiva de cobrança por resultados e controle da aplicação do dinheiro público.

Ele citou discurso do presidente da assembleia legislativa, Mecias de Jesus, no último dia 18, criticando o governador José de Anchieta Júnior pela falta de ações adequadas para promover o desenvolvimento do estado.

– Um exemplo dado pelo parlamentar foi a transferência de terras da União – que eu chamo de devolução das terras ao estado – que estavam indevidamente na mão do Inca. Apesar de ter sido uma conquista para Roraima, não houve solução plena para a questão – disse Mozarildo.



Proposta amplia a punição para aquele que, ao oferecer ou receber vantagem indevida, cause grave dano individual ou coletivo. Texto lembra que dinheiro desviado deixa de servir para atender às necessidades básicas da população

# CCJ discute amanhã projeto que pune corrupção com até 25 anos de prisão

A CORRUPÇÃO ATIVA e passiva pode tornar-se crime hediondo, com pena de reclusão de dez a 25 anos, conforme projeto de lei que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar na reunião de amanhã, às 10h. Apresentado em 2006 pela ex-senadora Heloísa Helena, a proposta torna mais rigorosa a punição de quem oferece e de quem recebe vantagem indevida de "grande proporção", capaz de ocasionar grave dano individual ou coletivo.

Se aprovado, o PLS 40/06, que tramita em decisão terminativa na CCJ, pode ser enviado diretamente à Câmara. A proposta altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e a Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90) com o objetivo de oferecer "uma nova perspectiva de avaliação dos crimes de corrupção ativa e passiva", segundo a autora.

No projeto, Heloísa Helena diz não aceitar o fato de corruptos envolvidos em desvio de recursos públicos serem libertados "depois de um exíguo prazo de cumprimento da pena". Ela citou também "o alto potencial ofensivo" da corrupção à sociedade:

o desvio de verbas públicas, segundo afirma, subtrai dinheiro destinado originalmente à satisfação das necessidades básicas da população, como saúde, educação e alimentação.

O relator da proposta, senador Demostenes Torres (DEM-GO), além de recomendar a aprovação, pediu o arquivamento de outros oito projetos que, tratando de crimes hediondos, tramitavam em conjunto com o de Heloísa Helena.

## Outros projetos

A nova tipificação dos crimes de corrupção ativa e passiva é uma das 30 matérias na pauta da CCJ. O primeiro item é o recurso do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) contra decisão da Presidência do Senado que destituiu do comando da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o senador Flávio Arns (PR), quando este trocou o PT pelo PSDB.

Outra matéria na pauta, também em análise terminativa, é o projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 197/09) que fixa normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicida-



Pauta da CCJ, que se reúne amanhã, tem 30 itens. Demostenes Torres é relator do projeto sobre corrupção

de prestados por intermédio de agências de propaganda.

A Comissão de Constituição e Justiça pode analisar também projeto que reserva vagas nas instituições públicas de ensino médio e superior para pessoas com deficiência (PLC 129/09) e proposta que caracteriza o abandono moral de crianças e adolescentes como ilícito civil e penal (PLS 700/07), do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).



J. Freitas

## Bicicletas podem ficar isentas do pagamento do IPI

Bicicletas de fabricação nacional poderão ficar isentas do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Atualmente, a bicicleta é tributada em 10%. A isenção está prevista em projeto de lei (PLS 488/09) do senador Paulo Paim (PT-RS) que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta está sendo analisada em conjunto com o PLS 166/09, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Segundo Paim, a bicicleta, embora continue sendo instrumento de lazer e de esporte, é um veículo cada vez mais usado como meio de transporte, especialmente por trabalhadores de baixa renda, os quais, observou, constituem a maioria da população economicamente ativa.

O senador lembrou que a bicicleta, como meio de transporte, é benéfica ao meio ambiente, por não emitir poluentes na atmosfera. Além disso, afirmou, não agrava o congestionamento de vias urbanas.

– Além dessas vantagens, a bicicleta favorece o condicionamento físico, faz bem ao coração, aos músculos, ao corpo como um todo e ao espírito – argumentou Paulo Paim, enfatizando as razões pelas quais a bicicleta deve ser isenta da tributação do IPI.

## Comissão de reforma do CPC analisa proposta hoje

A comissão de juristas incumbida de elaborar um novo Código de Processo Civil (CPC) se reúne na tarde de hoje para examinar as ideias até agora apresentadas e discutir a redação preliminar dos dispositivos que integrarão a proposta. O objetivo do estudo é conferir mais agilidade ao trabalho da Justiça, a partir de medidas como a redução da possibilidade de recursos, muitas vezes responsáveis pela morosidade do Judiciário.

Presidido pelo ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), esse grupo de juristas trabalha desde outubro de 2009 na preparação de um anteprojeto que sirva de base para a discussão legislativa de um texto moderno para o processo civil brasileiro. Compõem ainda o grupo advogados, juízes, desembargadores, acadêmicos e representantes de vários estados brasileiros.

A comissão dividiu seu trabalho em três partes. A primeira



Grupo de juristas coordenado por Luiz Fux (D) fará reuniões em todo o país

foi a seleção prévia dos dispositivos que deverão ser alterados, acrescentados ou excluídos do novo texto. A segunda e a terceira parte desse trabalho ocorrerão simultaneamente. Consistirão na transformação das ideias em dispositivos legais e na realização de audiências públicas, em todas as regiões do Brasil, para diagnosticar os

gargalos que mais atrasam a prestação jurisdicional no país.

Conforme o calendário de atividades do colegiado, a primeira audiência pública será realizada na próxima sexta-feira em Belo Horizonte, no auditório do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. No dia 5 de março, a comissão se reúne em Fortaleza, para a segunda audiência.

## Audiência debaterá importância de empresa aeroespacial

A importância da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) para a economia brasileira será tema de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) amanhã, às 9h.

A ACS atua no setor aeroespacial e é uma empresa pública binacional de capitais brasileiro e ucraniano, criada para explorar o mercado de lançamento de satélites.

A empresa opera no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, e utiliza tecnologia russo-ucraniana do foguete Tsyklon. Esse foguete foi desenvolvido a partir do míssil balístico intercontinental R-36, criado como armamento em 1966 no auge da Guerra Fria.

O R-36 tem 40 metros de altura, pode pesar até 180 toneladas no lançamento e utiliza como combustível propelente tetróxido de nitrogênio e UDMH (unsymmetrical dimethyl hydrazine), que é um derivado

de hidrazina, mais estável que esta. Existe um acordo entre os governos brasileiro e ucraniano para compartilhamento da tecnologia desse foguete, aqui denominado Veículo Lançador de Satélites (VLS), e das instalações do Centro de Lançamento de Alcântara.

Em agosto de 2003, um defeito no sistema de ignição de um dos quatro motores do corpo principal do foguete causou uma explosão durante simulação de lançamento, que matou 21 técnicos civis do Centro de Tecnologia da Aeronáutica. Na época, chegou-se a levantar a hipótese de sabotagem, devido ao fato de que o VLS é um foguete mais barato que os demais concorrentes.

Foram convidados para a audiência, requerida pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), com aditamento de Flávio Arns (PSDB-PR), o diretor-geral brasileiro da ACS, Roberto Amaral, e o presidente da Agência Espacial Brasileira, Carlos Ganem.



Valadares solicitou audiência sobre a Alcântara Cyclone Space

## Raupp pede adesão à convenção sobre comércio

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que estude a possibilidade de o Brasil adotar a Convenção das Nações Unidas sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias (Cisg), enviando-a o mais breve possível para o Congresso Nacional. Essa norma, assinada em 1980, é apontada pelo senador

como o instrumento mais eficaz para a solução de controvérsias nas relações comerciais entre os países, mas, como observou, sua vigência nas operações de empresas brasileiras no mercado externo depende da ratificação do documento pelo país.

Para o senador, a importância da norma pode ser avaliada pela adesão de 74 países, que representam cerca de 75% do

comércio internacional brasileiro, como Estados Unidos, China e membros do Mercosul.

Segundo Raupp, a Convenção também é utilizada na formação do contrato – que pode ser entre presentes, por fax ou por meio eletrônico – e também estabelece as obrigações do vendedor e as do comprador e prevê as hipóteses de quebra de contrato.



Senador cita magistrados, ex-ministros e constitucionalistas que também seriam contrários à proposta do procurador-geral da República, Roberto Gurgel

## Adelmir Santana condena intervenção no Distrito Federal

O SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) manifestou-se ontem contrário à intervenção no Distrito Federal, como vem propondo o procurador-geral da República, Roberto Gurgel. A intervenção contraria pressupostos constitucionais que devem ser seguidos, argumentou, defendendo obediência à linha sucessória.

– Não compactuo com a corrupção e a impunidade, mas também repudio o retrocesso democrático. Intervenção é a palavra da moda, uma tolice a frequentar mentes turvadas pela precipitação e pelo oportunismo – criticou.

Brasília chega aos 50 anos sob o impacto de uma crise sem precedentes, admitiu o senador.

Adelmir Santana citou diversas autoridades que, como ele, são contrárias à intervenção: o ex-ministro da Justiça e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Maurício Corrêa; o também ex-ministro do STF Carlos Velloso; o jurista Ives Gandra; o constitucionalista Reginaldo Oscar de Castro; e o presidente da OAB-DF, Francisco Caputo.

Maurício Corrêa, por exemplo, considera que a intervenção é um processo excepcional e que só deveria ser usado quando não houvesse alternativa democrática, relatou Adelmir.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) concordou com Adelmir e defendeu o respeito à lei e à linha sucessória, recordando que a história está repleta de exemplos de “pretextos” para intervenção, como a tentativa de impedir a posse de João Goulart em 1963 e sua deposição em seguida. João Pedro (PT-AM), por sua vez, sugeriu que Adelmir não descartasse a intervenção “como forma de corrigir um erro”, tendo em vista a gravidade dos fatos envolvendo o governador, o vice-governador e deputados da Câmara Legislativa de Brasília.

### Integração

Adelmir Santana destacou



Parlamentar acredita que medida é inconstitucional e defende manutenção da linha sucessória

que, aos 50 anos, Brasília demonstra sua importância para a integração nacional.

– Foi tão forte o impacto na região, que, hoje, Brasília não exerce apenas a função administrativa. Ela tem vida própria – disse, completando que a construção da capital foi a mais importante medida de desenvolvimento regional e de integração, incorporando fronteiras e brasileiros até então marginalizados.

## Jefferson Praia crê em “refundação da ética”

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) disse ontem que os deputados distritais, que “se dedicavam a driblar a revolta” da população de Brasília e faziam “uma verdadeira operação-abafa”, mudaram de ideia assim que a imprensa passou a noticiar a possibilidade de intervenção no Distrito Federal por causa dos escândalos de corrupção.

Com receio da intervenção, acredita o senador, a Câmara Legislativa “passou a correr contra o tempo” para votar pedido de cassação do governador José Roberto Arruda e do seu vice, Paulo Octávio.

– Tendo a concordar com essa reivindicação [intervenção], mesmo estando consciente



Temor pela intervenção encerrou “operação-abafa”, diz o senador

do fato de que se trata de uma medida dura e polêmica – sustentou.

Jefferson Praia lembrou que a decisão de autorizar a intervenção no DF está nas mãos

da Supremo Tribunal Federal e elogiou a atuação da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral da República e da Justiça Federal no caso.

Para o senador do PDT, os desfechos do caso de Brasília “revigoram as esperanças” de uma “refundação da ética” política no país.

Ele opinou que a prisão do governador José Roberto Arruda e o andamento das investigações contra os distritais flagrados embolsando dinheiro lhe dão “sólidas razões para crer que outros escândalos do passado recente, que já iam sendo encobertos pelo véu do esquecimento, também não ficarão impunes”.

## João Pedro lamenta morte de jurista e político amazonense

O senador João Pedro (PT-AM) encaminhou ontem voto de pesar pela morte do jurista e membro da Academia Amazonense de Letras Aderson Pereira Dutra, ocorrida no dia 17. Nascido em Parintins, Aderson Dutra ocupava, desde 1983, a cadeira nº 24 na Academia Amazonense de Letras, que tem Joaquim Nabuco como patrono.

João Pedro disse que Aderson Dutra foi professor catedrático de Direito Administrativo e reitor da Universidade Federal do Amazonas, onde também se formou. Na política, exerceu o cargo de secretário de Justiça do estado.

– Como jurista, produziu várias obras de referência para

estudos do Direito e conquistou inúmeros títulos pelo desempenho profissional e contribuição relevante ao serviço público. Aderson Dutra faz parte de uma geração de intelectuais que contribuiu para a formação das novas gerações em vários campos do conhecimento – acrescentou.

João Pedro falou ainda de sua alegria, como militante do PT, por ter participado do 4º Congresso do partido, que reuniu 1.350 delegados em Brasília no último final de semana. Ele disse que foram aprovadas diretrizes para o programa de governo a ser defendido pelo PT nas eleições deste ano.

A pré-candidata Dilma Rous-



No discurso, João Pedro também elogiou realização do congresso do PT

seff, segundo ele, contribuiu para o debate sobre a consolidação da democracia brasileira e Lula nunca vacilou em dizer “não” à proposta do terceiro mandato.

– 2010 será um ano importante e, inclusive, o Senado terá renovação em dois terços dos seus quadros – lembrou.



Para Alvaro Dias, evento foi um “espetáculo eleitoral” que afrontou a lei

## Alvaro Dias rebate discurso de Dilma feito em congresso do PT

“Chega de tergiversação, de mistificação e de meias-verdades.” Esse foi o tom do pronunciamento de ontem do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que confrontou vários pontos do discurso que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, pronunciou no congresso do Partido dos Trabalhadores em que foi oficializada sua candidatura à Presidência da República. Ele advertiu que não será pela mentira que as conquistas dos governos anteriores serão sepultadas.

Para Alvaro Dias, o congresso do PT foi um “espetáculo eleitoral” que afrontou a legislação em vigor. O senador lembrou que há mais de um ano, quando anunciou a candidatura de Dilma, o presidente Lula “passou a cavalgar a máquina pública” em campanha eleitoral por todo o país. Ele disse que os detentores do poder têm se julgado acima do bem e do mal e se sentido desobrigados de cumprir a legislação.

– O discurso da ministra explica o sentimento que tomou conta dos subordinados do presidente Lula, que foi alçado ao patamar de líder e mestre condutor do caminho. O tom do discurso ditado pelo marketing consagra a mis-

tificação e insiste na fraude histórica – disse Alvaro Dias.

Outra constatação feita pelo senador foi que, no discurso de Dilma, o ano de 2003, quando Lula assumiu a Presidência, passou a ser o marco zero para o Brasil. Nada de bom teria existido antes. Além de se apropriar de conquistas de governos anteriores, na avaliação do parlamentar, a verdade também foi falsificada.

Alvaro ilustrou a falsificação da realidade citando uma frase do discurso da ministra: “Milhões de homens e mulheres, com seus arados e tratores, cultivando a terra que lhes pertence e de onde nunca mais serão expulsos”. O senador assinalou que a verdade da reforma agrária brasileira é outra: hectares distribuídos aleatoriamente e os assentados abandonados à própria sorte. Em vez da paz, a violência impera no campo de vários estados.

Marisa Serrano (PSDB-MS) confessou que ficou chocada quando Dilma falou que o interior do país era iluminado por candeeiros sem citar que o programa Luz para Todos era apenas uma continuação do Luz no Campo, implantado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

## Arthur Virgílio cobra rapidez no julgamento do mensalão

Em nome do PSDB, o senador Arthur Virgílio (AM) cobrou ontem do ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, mais rapidez no julgamento dos acusados do mensalão – como ficou conhecido o escândalo do pagamento ilegal de dinheiro a parlamentares para que apoiassem o governo federal nas votações (2003-2004). O episódio resultou na cassação do deputado José Dirceu (PT-SP), em dezembro de 2005.

Arthur Virgílio disse que a recente prisão do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, transmite à população a ideia de que se começa a fazer justiça para todos no Brasil. Mas afirmou que a demora no julgamento dos 40 acusados no mensalão “está deixando prescrever os crimes um por um”.

O líder do PSDB afirmou ainda que o PT está promovendo todos os acusados do mensalão, entre eles o pró-



Senador lembra que demora permite a prescrição dos crimes

prio deputado José Dirceu, que, conforme disse, será um dos líderes da campanha da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência da República.

Virgílio declarou também que um procurador da República, cujo nome não citou no discurso, está querendo processar o ex-procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza por não ter incluído o presidente Lula entre os 40 acusados do mensalão.



Jornada máxima de oito horas, serviço extraordinário, intervalo para repouso e alimentação, além de contratos de safra, são alguns pontos da proposta



Depósitos fossilíferos passam a ser bens da União pelo projeto de Simon

## Áreas com registro de fósseis poderão ser protegidas

Os depósitos fossilíferos existentes no Brasil e os fósseis neles coletados podem passar a ser bens da União e se constituir em patrimônio cultural e natural brasileiro. Isso é o que determina projeto que será votado hoje pela Comissão do Meio Ambiente e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa.

Proposto pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto visa proteger os registros de vida pré-histórica existentes em território brasileiro e especificar regras para o desenvolvimento de conhecimentos científicos sobre esse patrimônio.

A proposta (PLS 57/05) determina que a realização de obras potencialmente causadoras de impacto nos sítios fossilíferos e a exploração de rochas nessas áreas deverão ser acompanhadas pela autoridade competente, que poderá embargar a obra ou lavra, se ela for prejudicial ao patrimônio fossilífero do país.

O projeto de lei pune com detenção de um a três anos, mais multa, as pessoas que comercializarem fósseis e até mesmo as que expuserem à venda ou tiverem em depósito esses materiais, sem permissão de pesquisa credenciada, bem como quem transportar ou reter fósseis, mesmo dentro do território nacional.

O relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), afirma que o patrimônio fóssil brasileiro ainda é pouco conhecido e corre o risco de se perder em função de exploração clandestina, contrabando ao exterior e até descaso. Ele considerou fundamental que esse patrimônio seja guardado em museus, universidades e instituições de pesquisa, para que possa ser devidamente estudado e preservado para as gerações futuras.

# Comissão debate mudanças nas regras do trabalho rural

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza hoje, às 9h30, audiência pública sobre projeto de lei do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) que aperfeiçoa a legislação sobre o trabalho rural (Lei 5.889/73) com o objetivo de solucionar os principais conflitos trabalhistas no campo.

A proposta (PLS 458/09) estabelece jornada de oito horas para o trabalhador rural. Determina também que será de uma hora, no mínimo, e de quatro horas, no máximo, o intervalo para repouso e alimentação, observados os usos e costumes da

região e as condições climáticas adversas que possam colocar em risco a saúde do trabalhador. A duração da jornada de trabalho, segundo a proposição, poderá se estender além do limite legal diante de motivo de força maior ou causas acidentais.

Questões como o máximo de horas extras diárias, contratos de safra com tempo determinado e o isolamento do trabalhador rural de sua família nos locais de trabalho distantes de centros urbanos – além de sua forma de compensação – também são tratadas no projeto.

O relator da matéria na CRA,

Raimundo Colombo (DEM-SC), apresentou voto pela aprovação. Caso seja aprovado na CRA, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será examinado em decisão terminativa.

Devem participar da audiência pública o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Guilherme Caputo Bastos; representantes do Ministério do Trabalho e Emprego; da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).



Rosalba Ciarlini aponta que empresas não mantêm empregados idosos

## Projeto veda demissão perto da aposentadoria

O trabalhador que estiver a 18 meses de se aposentar não poderá ser demitido sem justa causa. Isso é o que prevê projeto de lei complementar da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

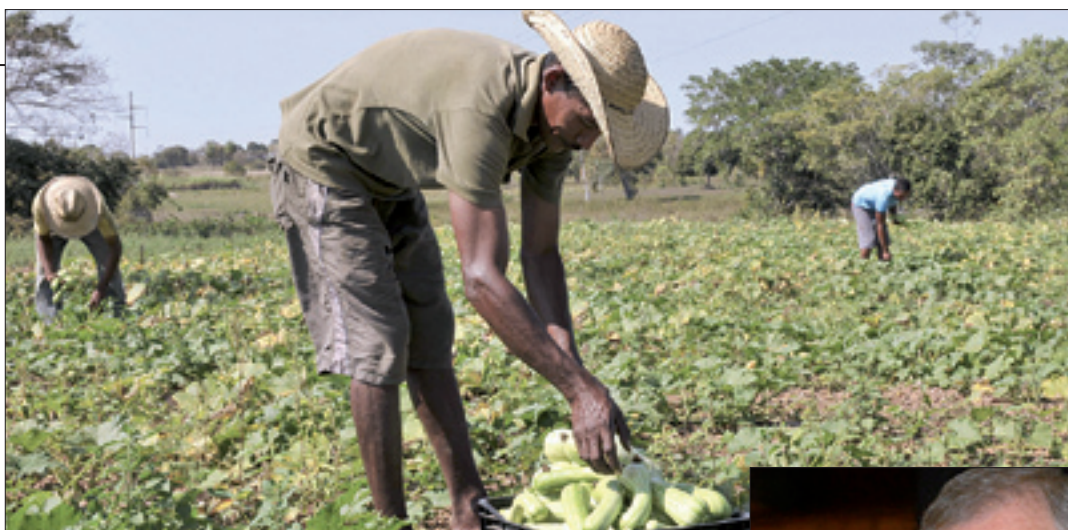
De acordo com a proposta (PLS 521/09), a medida beneficia trabalhadores que tenham vínculo empregatício e trabalhem na mesma empresa há pelo menos cinco anos.

O empregador que não obedecer à determinação deverá pagar indenização no valor equivalente a um mês de remuneração por ano ou fração igual a seis meses de serviço efetivo. Na hipótese de o trabalhador receber por dia, o cálculo da indenização terá por base 30 dias. Se o pagamento for feito por hora, a indenização será calculada com base em 220 horas mensais.

Para os empregados que trabalharemos por comissão ou percentual, a indenização será calculada com base na média das comissões ou percentagens recebidas nos últimos 12 meses. Já para os que exerceram suas atividades por tarefa ou serviço feito, a indenização será paga com base na média do tempo habitualmente gasto pelo trabalhador para realização do trabalho, calculando-se o valor do que seria feito durante 30 dias.

O relator da proposta na CAS é o senador Paulo Paim (PT-RS).

Rosalba ressalta ainda no projeto que estudo da consultoria de recursos humanos *Manpower*, realizado em 25 países, mostra que a maioria dos empregadores não admite nem mantém em seus quadros trabalhadores com idade mais avançada.



Pelo projeto do senador Gilberto Goellner, o trabalhador rural poderá ter jornada com intervalos que evitem prejuízos a sua saúde

## Possíveis alterações na lei que regula atividade no campo

O objetivo do projeto (PLS 458/09), segundo Gilberto Goellner, é garantir a melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural e de sua família e possibilitar a plena regularização dos contratos de trabalho rural. Visa também eliminar conflitos resultantes da "indiscriminada" extensão da legislação trabalhista urbana ao contrato rural, proposta pela Constituinte de 1988. O trabalho no campo tem peculiaridades e sazonalidades, explica.

Os principais pontos da proposta que altera a Lei 5.889/73 são os seguintes:

- O empregador rural será considerado pessoa jurídica de direito privado, quando isso não ferir interesses assegurados aos empregados rurais.

- A duração normal do trabalho para os empregados rurais é de oito horas diárias, no máximo, sendo que o intervalo para repouso e alimentação será de uma hora, no mínimo, e de quatro horas, no máximo. É suprimida a regra de que esse intervalo não será computado na duração do trabalho.
- A concessão de intervalo levará em conta, além dos usos e costumes do local da prestação do serviço – o que já está na lei –, condições climáticas adversas que possam colocar a saúde do trabalhador em risco.
- A duração do trabalho poderá passar do limite legal ou acertado por necessidade imperiosa, tanto no caso de força maior ou causas acidentais quanto para garantir a

- conclusão de serviços inadiáveis.
- A necessidade imperiosa acontece em circunstâncias extraordinárias provocadas por condições climáticas adversas, períodos prolongados de chuva, frio ou seca, previsão oficial de chuvas ou de geadas no período de safra, pragas que exijam combate urgente, entre outras.
- A duração do trabalho no caso de interrupção do serviço por motivo de força maior ou causas acidentais poderá ser prorrogada pelo tempo necessário, até o máximo de quatro horas, durante o número de dias indispensáveis para a recuperação do tempo perdido, desde que não exceda o tempo de 12 horas diárias, em período não superior a 60 dias por ano.



### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
 1º Secretário: Heráclito Fortes  
 2º Secretário: João Vicente Claudino  
 3º Secretário: Mão Santa  
 4º Secretário: Patrícia Saboya  
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRISIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
 Chefe de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
 Editor-chefe: Flávio Faria  
 Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves  
 Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
 Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
 Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP





Genildo Magela

Autor do Estatuto do Idoso, Paim também defende redução da jornada de trabalho para 40 horas

## Paim elogia STF por manter gratuidade para idosos

O senador Paulo Paim (PT-RS) aplaudiu o Supremo Tribunal Federal (STF) por ter confirmado, na semana passada, o artigo 40 do Estatuto do Idoso, o qual obriga as empresas de ônibus interestaduais a oferecerem gratuitamente duas passagens para idosos.

O STF também confirmou trecho da lei que estabelece desconto de 50% no preço das passagens para os demais idosos que excederem as vagas gratuitas. O senador foi o autor do projeto que criou o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

Ontem, Paulo Paim também conclamou os deputados federais a aprovarem a proposta de emenda à Constituição (PEC 231/95) que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

O senador ponderou que, além de beneficiar diretamente os trabalhadores, a mudança poderá levar à geração de aproximadamente 3 milhões

de empregos. Para ele, a mudança é um avanço para os trabalhadores, lembrando que os constituintes de 1988 já haviam reduzido a jornada de 48 para 44 horas.

Paulo Paim voltou a defender a inclusão da Previdência Social entre os beneficiários do Fundo Social a ser formado com recursos obtidos com a extração de petróleo da camada pré-sal.

A proposta direciona recursos para a saúde, a educação e a área de ciência e tecnologia. O projeto que cria o fundo, pronto para votação na Câmara, recebeu dezenas de emendas, algumas para reforçar a Previdência.

Paim pediu ainda que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado vote projeto de sua autoria (PLS 89/07) propondo que 5% do lucro líquido das empresas sejam distribuídos aos empregados. A atual legislação prevê que essa participação é opcional por parte dos empresários.



J. Freitas

Benefício servirá para qualificação e abatimento do saldo do Fies, explica Renan Calheiros

## Proposta de Renan prevê bolsa para recém-formados

Uma bolsa-qualificação no valor de até dois salários mínimos por jornada de 40 horas semanais, para atividades exercidas nas administrações estaduais e municipais, está sendo sugerida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para recém-formados ainda sem emprego e dinheiro para pagar as mensalidades do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). O projeto (PLS 9/10) aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo texto, a União poderá firmar convênio para transferir recursos aos estados e municípios interessados, a fim de garantir o pagamento das bolsas. Se a jornada for fixada em 20 horas semanais, a bolsa será de um salário mínimo. Além da renda e do ganho de qualificação, Renan inclui entre os benefícios o abatimento mensal de 1% do saldo devedor do Fies, o programa

gerido pela Caixa que permite o pagamento de parte ou de todo o valor da faculdade.

A proposta estabelece um limite máximo para o número de bolsas, de 20% dos servidores ativos de cada prefeitura ou estado que adotar o programa. Desse modo, como acredita o autor, a utilização dessa mão de obra não comprometerá a renovação dos quadros da administração pública em cada ente.

### Modelo

Na prática, o que deseja o senador é estender aos formandos de qualquer área profissional benefício semelhante ao que está começando a vigorar para duas categorias: professor em efetivo exercício no ensino básico da rede pública de educação, com grau de licenciatura, e aos médicos integrantes do programa Saúde da Família com atuação em áreas carentes.

Nova lei elimina distorções como a concessão do benefício a proprietários de casas de veraneio que, pela pouca permanência no local, faziam jus à taxa subvencionada



Theo Marques / SECS - Governo do Paraná

Com a lei sancionada em 20 de janeiro, somente famílias com renda mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo têm direito ao benefício

## Tarifa social deve atingir 22,5 milhões de famílias



AS NOVAS REGRAS para a concessão da tarifa social de energia elétrica em vigor desde 20 de janeiro, quando foi sancionada a Lei 12.212, poderão

incluir cerca de 3,1 milhões de famílias de baixa renda ao benefício. Atualmente, 19,4 milhões de famílias, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, já têm direito a essa tarifa.

A legislação, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), acaba com o critério de consumo para enquadrar os beneficiários, eliminando distorções provocadas pela Lei 10.438/02, que instituiu a tarifa social. Por esse critério, usuários em casas de veraneio ou unidades com um único habitante, de consumo baixo em decor-

rência da pouca permanência no local ou utilização racional de energia, embora com poder aquisitivo elevado, podiam se beneficiar dessas tarifas subvencionadas.

### Cadastro único

Agora só têm direito à tarifa social as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com renda mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional (ou seja, até R\$ 255). Também terão direito aos descontos nas tarifas de energia elétrica as famílias de baixa renda que possuam integrante idoso ou com deficiência, que receba benefício de prestação continuada da assistência social.

Conforme a nova legislação, as famílias com renda mensal de até três salários mínimos (R\$ 1.530), inscritas no Cadastro Único, com algum integrante

doente ou com alguma patologia que exija o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que demandem energia elétrica, poderão ser beneficiadas com a tarifa social. A medida, conforme a Aneel, vai ser regulamentada pelos ministérios de Minas e Energia e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Outra novidade é que as famílias indígenas e as quilombolas inscritas no cadastro único serão isentas de pagamento de tarifa de energia elétrica até o limite de consumo de 50kWh mensais. As habitações que abrigam mais de uma família, inclusive as que estão em situação irregular, deverão contar com a instalação de um medidor para cada uma delas. Quando não houver possibilidade técnica para essa instalação, caberá à Aneel disciplinar a aplicação da tarifa social.

### Veja quem tem direito

Tarifa, válida para consumidores de baixa renda, será calculada de modo cumulativo. Nova lei ampliou faixa beneficiada para até 220kWh por mês

Consumo (kWh/mês)	Descontos		
	até 1995	após 1995	após 2010
0-30	82%	65%	65%
31-100	55%	40%	40%
101-200	24%	10%	10%
201-220	0%	0%	10%
acima de 220	0%	0%	0%



Foto: StockXCHNG

Fonte: Presidência da República e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec

## Congresso foi decisivo para melhorar a proposta

O governo começou a reconhecer a necessidade de tarifa de energia elétrica residencial diferenciada para a baixa renda em novembro de 1995, com uma portaria. Só que eram as concessionárias que tinham competência para definir as regras de aplicação dessa tarifa.

Após o apagão de 2001, o governo tomou a iniciativa de unificar os critérios de classificação

adotados pelas concessionárias (Lei 10.438/02). E a Aneel, por meio de várias resoluções, começou a direcionar o benefício para as famílias inscritas nos programas sociais do governo. Essas resoluções serviram de base para as mudanças feitas pelos parlamentares no texto do PL 1.946/99, do ex-deputado Gilberto Kassab (hoje prefeito de São Paulo).

O projeto foi desarquivado na Câmara em fevereiro de 2008, onde o relator foi o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). No Senado ganhou uma nova versão do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que acabou prevalecendo sobre o texto do senador Osmar Dias (PLS 38/07), que eliminava a cobrança da taxa mínima de energia para consumidores residenciais.



# Cadastro nacional vai listar os desaparecidos

Reprodução / DPCADP



Nos próximos dias, governo deve lançar instrumento que centralizará informações de todo o país. Registro de denúncia fica mais fácil

**N**esta semana, ou já no início de março, o governo deve lançar o primeiro cadastro nacional de informações sobre o desaparecimento de pessoas, que vai interligar os dados das delegacias de polícia civil, dos conselhos tutelares, de organizações não governa-

mentais e da Polícia Rodoviária.

Mais abrangente do que previa a Lei 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que instituía um cadastro de crianças e adolescentes, o novo sistema incluirá todos os desaparecidos, independentemente de idade. No site que a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública mantém em parceria, uma

reformulação tornou mais simples o acesso do cidadão ao registro de denúncias.

Quem não souber usar a internet deve procurar os conselhos tutelares ou as ONGs cadastradas, além das delegacias. O cadastro nacional é considerado pelos movimentos sociais um importante instrumento de divulgação e ajuda para elucidar os desaparecimentos.

## Polícia deve registrar ocorrência imediatamente após notificação

Desde 30 de dezembro de 2005, quando foi promulgada a Lei 11.259, a investigação sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes tem que ser realizada logo após os órgãos competentes terem sido notificados. Só que essa determinação legal não é cumprida por muitas delegacias da polícia civil.

Algumas, inclusive, desconhecem a lei, estabelecendo prazos de 24 a 72 horas para registrar o desaparecimento, segundo a fundadora e presidente do Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná, Arlete Caramês, autora da iniciativa, que surgiu como projeto de lei estadual. “Os órgãos governamentais deveriam passar essa determinação para todas as delegacias”, enfatizou ela à CPI da Câmara que investiga as causas e consequências do

desaparecimento de crianças e adolescentes no país.

A lei também determina que as delegacias que registram a queixa comuniquem portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo os dados necessários à identificação do desaparecido.

Diante do descumprimento do texto legal e do volume de protestos dos movimentos civis, projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no último dia 10 de fevereiro. Enviado à Câmara, o PLS 285/05, com emendas do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), deixa claro que a autoridade policial deve iniciar as diligências tão logo saiba do desaparecimento. Simon apresentou o projeto pela primeira vez em 1997.

## Senado e Câmara discutem medidas mais efetivas

Além do projeto de Pedro Simon (*ver ao lado*), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa proposta (PLS 211/04) da ex-senadora Roseana Sarney que não só institui um cadastro nacional (previsto na Lei 12.127/09) como define várias medidas para integrar as ações dos estados e do governo federal e engajar a sociedade no esforço para elucidar esses casos.

Já tramita na Câmara projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que obriga as concessionárias de serviços de radiodifusão a destinar pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos. A esse projeto (PL 1.858/99) foram anexadas mais de 20 proposições.

## Acompanhe o comportamento de seu filho

Fique atento a alguns comportamentos que podem ajudar a identificar problemas:

- dê atenção ao seu filho. Em muitos casos, a fuga é apenas um instrumento para chamar atenção;
- não dê castigo desproporcional;
- conheça os amigos e os pais dos amigos, observando ideias e comportamentos aventureiros;
- observe as mudanças bruscas de comportamento, agressividade, baixa autoestima e baixo rendimento escolar;
- dialogue sempre;
- é importante avisar a delegacia onde foi feito o registro, tão logo a criança ou o adolescente retorne para casa. O objetivo é verificar se o desaparecido foi vítima de algum crime. Essa atitude poderá ajudar o próximo, pois a polícia estará mais disponível para trabalhar com outros casos ainda não solucionados.

Fonte: Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente

## Cuidados básicos podem evitar os desaparecimentos

– Em passeios, não tire os olhos da criança e mantenha-se de mãos dadas com ela.

– A criança deve ser orientada para não se afastar de quem a acompanha.

– Quando não for possível evitar multidões, vista-se com roupas de cores fáceis de serem vistas, fazendo o mesmo com as crianças e prestando atenção para não se esquecer de como estão vestidas.

– Deixe com a criança algum papel com seu nome e contato. Mantenha consigo foto recente da criança para, em caso de necessidade, ser mostrada aos outros, facilitando a localização.

– Combine sempre um ponto de encontro, caso se separem.

– Oriente a criança a procurar alguma pessoa para ajudá-la, preferencialmente policiais ou seguranças uniformizados.

– Ensine seu filho a telefonar para os pais ou responsáveis, a memorizar o nome dos pais, o nome da escola e o telefone da família.

– A pessoa responsável por deixá-la na escola deve prestar atenção para só sair depois que tiver a certeza de que a criança está mesmo dentro da escola, em local seguro.

– Os pais ou responsáveis devem sempre comunicar a escola sobre quem são as pessoas autorizadas a buscar as crianças.

– Ao contratar qualquer empregado ou serviço, não deixe de consultar a polícia sobre os antecedentes do contratado.

Arlete Ivone Caramês fundou, no Paraná, primeira ONG do setor



Luiz Xavier / CO

## Vítimas de tragédias pessoais, duas mães mobilizam sociedade

Duas mulheres transformaram suas tragédias pessoais em incentivo para criar duas das principais organizações da sociedade civil que lutam para solucionar o sumiço de crianças e adolescentes no Brasil. Mãe de um único filho, desaparecido há quase 19 anos, Arlete Ivone Caramês fundou o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná (Cridespar), mais antiga ONG a lutar para esclarecer esses casos.

A Cridespar começou com 12 pais que não sabiam a quem recorrer para encontrar seus filhos. O movimento levou à criação, em 1996, do Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride) do Paraná, apontado como exemplo bem-

sucedido da atuação do estado. No entanto, Arlete, que foi vereadora e deputada estadual, até hoje procura pelo filho, que desapareceu misteriosamente enquanto brincava de bicicleta nas proximidades de sua casa.

A outra liderança é Ivanise Esperidião da Silva Santos, que há 14 anos busca informações sobre a filha que desapareceu aos 13, quando voltava da casa de uma colega da escola. Foi depois de participar de uma novela e conhecer o movimento intitulado Mães da Cinelândia, no Rio de Janeiro, que resolveu criar a Associação Brasileira de Busca e Defesa a Crianças Desaparecidas (ABCD), sediada em São Paulo, mas que atende todo o território nacional.

## A CRIANÇA SUMIU! E AGORA?

- Desespero não adianta. Peça ajuda! Anuncie a roupa com que a criança está vestida e mostre a foto dela às pessoas.
- Permaneça por algum tempo nas imediações do local onde esteve pela última vez com a criança.
- Comunique as pessoas da sua família para que possam lhe prestar auxílio, inclusive mantendo alguém no local onde está o telefone fixo anotado no

bilhete guardado no bolso da criança.

- Estando em lugar que a criança conheça, dirija-se ao local de preferência dela.

- Se não a encontrar, não hesite em procurar a delegacia de polícia civil mais próxima, levando foto, documento da criança e informações sobre o seu desaparecimento. Não existe prazo mínimo para a comunicação deste fato.

## Saiba mais

**Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos**

[www.desaparecidos.mj.gov.br](http://www.desaparecidos.mj.gov.br)  
– [criancasdesaparecidas@sedh.gov.br](mailto:criancasdesaparecidas@sedh.gov.br)

**Disque-Denúncia de Violação de Direitos contra Criança e Adolescente**

Disque 100

**Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte**

[www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh)  
DF: (61) 3033-1477 – [ppcaamdf@valorcultural.org.br](mailto:ppcaamdf@valorcultural.org.br)  
RJ: Projeto Legal – (21) 2507-6464  
[protecao@projetolegal.org.br](mailto:protecao@projetolegal.org.br)  
SP: (11) 2592-3309 – [ppcaam.sp.coordenacao@hotmail.com](mailto:ppcaam.sp.coordenacao@hotmail.com)

**Denúncias sobre Tráfico de Seres Humanos (Secretaria Nacional de Justiça)**

Disque 180 – [traficodepessoas@mj.gov.br](mailto:traficodepessoas@mj.gov.br) – [www.mj.gov.br/trafico](http://www.mj.gov.br/trafico)

**Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas (associação sem fins lucrativos)**

[www.cnpd.org.br/index.htm](http://www.cnpd.org.br/index.htm)

**SOS Crianças Desaparecidas do RJ**

[www.fia.rj.gov.br/sos.htm](http://www.fia.rj.gov.br/sos.htm)

**Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas**

[www.sicride.pr.gov.br/](http://www.sicride.pr.gov.br/)